

CONTRIBUIÇÕES DA SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO
PARA ANÁLISES DISCURSIVAS

Priscila Lopes Viana (UFMG)
priscilalviana@gmail.com

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é fazer uma revisão em alguns dos estudos publicados por Dias (2005; 2009) para verificar em que medida o quadro teórico da semântica da enunciação poderá contribuir para a nossa tese de doutoramento. Em nossa pesquisa, pretendemos estudar representações sobre o trabalho da doméstica na perspectiva do interacionismo sociodiscursivo (ISD), proposto por Bronckart (1999), e por meio das contribuições da análise do discurso (FARIA, 2005; FIORIN, 1989; MANGUENEAU, 1984; entre outras).

O nosso *corpus* é constituído por em letras de canções, poemas, contos, romances, peças teatrais, textos legislativos e jornalísticos. Para a análise de um *corpus* tão diversificado, tanto em relação aos domínios discursivos quanto aos gêneros textuais, temos a consciência de que a contribuição de modelos teóricos, como o desenvolvido por Dias (2005; 2009), poderá ser útil para compreendermos melhor a relação entre a linguagem e o trabalho das domésticas.

Vale lembrarmos que o ISD rejeita os postulados epistemológicos e as restrições metodológicas do positivismo para investigar as ações do homem em suas dimensões sociais e discursivas constitutivas. E, para a análise dos sistemas semióticos, o interacionismo utiliza abordagens que consideram os fatos de linguagem como traços de condutas humanas socialmente contextualizadas, isto é, o interacionismo se refere preferencialmente aos trabalhos que integram dimensões psicossociais. Trata-se de trabalhos centrados na interação verbal e, sobretudo no estudo e análise dos gêneros e tipos textuais provenientes de Bakhtin (2000) e na análise das formações sociais de Foucault (2004). De acordo com Bronckart (1999), essas proposições expandem a concepção das interações entre “formas de vida e jogos de linguagem” desenvolvida por Wittgentein (1961; 1975). Bronckart (1999) sustenta ainda a contribuição teórica imprescindível da análise de Saussure (1994) sobre a arbitrariedade do signo linguístico para que se compreenda o estatuto das relações interdependentes entre a linguagem, as línguas e o pensamento humano.

2. Algumas abordagens da enunciação

As pesquisas de Dias (2005; 2009) têm se centrado, sobretudo, na observação da sintaxe a partir da semântica da enunciação. De acordo com Dias (2009), a enunciação tem sido, desde meados do século XX, objeto de abordagens diversas. Algumas delas não concebem o funcionamento da língua na relação indissociável com o campo da enunciação.

Ao observar o lugar do linguístico na formulação desses modelos teóricos, Dias (2009, p. 1) cita Benveniste (1989, p. 83-84): “antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância do discurso”. Para Dias (2009, p. 1), enunciação “opera-se nessa passagem da possibilidade da língua para uma instanciação discursiva dela”. Nesse sentido, a efetuação da língua ocorre nessa passagem, na qual há um desdobramento da instância do possível da língua em uma instância discursiva. Enunciar é, nessa perspectiva, mobilizar a instância do possível para se situar na instância discursiva da língua.

Segundo Dias (2009: 4), Guimarães (2005) aborda a enunciação como o faz Ducrot (1984), isto é, ambos veem a enunciação como acontecimento. Para Ducrot (1984), a condição de acontecimento de um enunciado é determinada pela sua incidência em uma frase. O exemplo dado por Ducrot (1984, p. 370) é “Tu vais gostar deste livro”. Trata-se de uma construção abstrata, no nível da frase, recorrente, concebida pelo autor como *type*. Todavia, se tal construção for usada em uma situação particular de enunciação, um enunciado acontece, uma vez que “tu” e “livro” adquirem referências específicas (ex: “tu” em relação à “Jordana”, e “livro” em relação ao romance “A moreninha”). Assim, concebe-se enunciado, por sua vez, como *token*.

Em sua abordagem mais recente, Ducrot (2002) desenvolve, juntamente com Carel, o modelo dos blocos semânticos, no qual o sentido de uma entidade linguística advém da evocação ou modificação de discursos, ou seja, é no encadeamento discursivo que o sentido é construído. Sendo assim, uma teoria da enunciação teria como papel a formulação dos limites do conjunto dos discursos doadores de sentido. No modelo proposto, isso se dá na forma de sequências de duas proposições ligadas por um conector, estabelecendo-se encadeamentos argumentativos.

Sobre a nova abordagem de Ducrot, Dias (2009, p. 3) salienta o fato de o acontecimento proporcionar existência ao enunciado e incluir uma evocação ou uma modificação de discursos anteriores. Nessa abor-

dagem, o conceito de “histórico” sofreria um deslocamento devido ao afastamento teórico das coordenadas situacionais que determinam a referência no seu tempo e espaço. Um “já enunciado” se instala no acontecimento da enunciação e constitui, de acordo com Dias (*Ibidem*) “a instância dos discursos evocados ou modificados na enunciação”.

Achard (1999), por sua vez, ao tratar sobre a memória, aborda diferentemente de Ducrot (2002) o estatuto de uma instância do “já enunciado”. Para Achard (1999, p. 13), não se pode provar, nem mesmo supor, que o implícito (re)construído tenha sido discurso autônomo em algum lugar. Desse modo, o implícito trabalharia sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado.

Guimarães (2005) também é retomado por Dias (2009, p. 4). Para Guimarães (2005), “o enunciado tem como suporte um dizível historicamente constituído”. Tal tese advém da análise do discurso, para a qual o interdiscurso designa a relação entre discursos orientados e particularizados pela história. A definição de enunciação, para Guimarães (2005), é, portanto, a língua em funcionamento pelo interdiscurso no acontecimento.

As formas linguísticas se confrontam com a memória discursiva e o presente do acontecimento, de acordo com Guimarães (2005, p. 32), para que elas deem suporte à significação. Nesse sentido, a memória da língua comporta uma latência, isto é, uma condição para o confronto entre a instância de um presente e a instância do dizível histórico.

Recuperando os autores supracitados, Dias (2009, p. 5) salienta que, em todas as suas formulações, as formas da língua são constitutivas da relação que uma instância de anterioridade (vista de modos distintos pelos autores) estabelece com uma instância de um presente do enunciar.

A seguir, antes de tratarmos da atribuição e da ocupação dos lugares de sujeito e objeto, abordaremos a concepção de Dias (2009, p. 5) sobre o “virtual” e o “atual” por ela ser imprescindível para a compreensão da tese do autor.

3. O virtual e o atual

O conceito de virtual, de acordo com Dias (2009, p. 5), foi idealizado pelo filósofo Deleuze e utilizado por Sousa Dias (1995) no desenvolvimento de uma importante reflexão sobre o estatuto do verbo no in-

finitivo. Tal reflexão auxilia Dias (2009) a investir no conceito da dupla apreensão da unidade do dizer. Segundo o autor, é no enunciado e na sentença que essa dupla apreensão se consubstancia. Por um lado, quando essa unidade do dizer se consubstancia no enunciado, sua apreensão é relativa à memória da língua e das enunciações. Por outro lado, quando essa unidade se consubstancia na sentença, ela é apreendida relativamente aos aspectos da sua organização articulada.

A articulação sintática afeta os verbos em estado de infinitivo; assim, na constituição de um predicativo, os verbos ganham finitude, sem perder, entretanto, o seu estatuto de devir, já que continuam aptos para serem acionados em sentenças futuras. Nesse sentido, Dias (2009, p. 5) afirma que “a especificidade do verbo reside no fato de eles constituírem-se em virtualidade, em um devir, em um movimento infinitivo”. O autor cita algumas palavras de Souza Dias, que exemplifica, por meio do verbo “vencer”, o fato de haver nesse verbo uma esquivada de presente, de atualidade, que “excede todas as suas manifestações presentes, (...) a parte em tudo o que acontece que escapa a toda a atualidade, bem como a parte em tudo o que se enuncia que escapa a toda a representação” (SOUZA DIAS, 1995, p. 96, apud DIAS, 2009, p. 6).

O verbo “vencer” – manifestado em “Eu venci esta luta” – apresenta-se permeado por uma temporalidade (passado) relacionada à cena constituída, bem como pela interposição de constituintes (“eu” e “esta luta”) relativos à condição sintática do enunciado. Deleuze, de acordo com Dias (2009), compreende que a temporalidade própria do acontecimento é anacrônica; por isso, o acontecimento é apreendido como sentido-acontecimento, que se situa na órbita do virtual, somente atravessando a instância do atual. Dessa forma, o sentido de algo se dá porque o dizer está associado a uma dimensão pressuposta da realidade objetiva, a um campo de possíveis, e não exatamente pela sua associação às entidades, aos eventos, e ao tempo cronológico em que o dizer se manifesta materialmente.

Na perspectiva adotada por Dias (2009), há uma relação entre a dimensão pressuposta da realidade e a interdiscursividade. A unidade que a sintaxe apreende como sentença, por sua vez, é habitada pelo enunciado, que domina os lugares sintáticos, antes mesmo de os componentes linguísticos se estabelecerem na organicidade oracional. Com isso, o autor conclui que não se pode afirmar que os lugares de objeto relativos aos verbos “ver” e “vencer” em “Vim, vi, venci” estejam “vazios”. Assim, o que se viu e o que (ou quem) se venceu são entidades do sentido-

acontecimento, podem ser apreendidos como presença virtual. Segundo o autor, essa sentença pode ser enunciada para além da pontualidade temporal, não carecendo, portanto, de atualização. Não há nela uma transgressão na transitividade verbal.

Baseado nessa reflexão, Dias (2009, p. 6) constata um equívoco nos estudos gramaticais: “a cegueira constitutiva quanto aos limites entre a presença e a não presença do complemento, entre o haver e o não haver ocupação orgânica do lugar sintático”. O autor discorda da noção de déficit de complemento, da noção de ausência de um item lexical na rede de posições sintáticas e da noção de “PRO”, que marcaria a não presença. Dias (2009, p. 7) concebe o lugar não ocupado como um lugar virtual, constitutivo do real, que não requer ocupação. Buscando o conceito de “possível” em Deleuze, que o ancora na ideia de consubstanciar-se em realidade, Dias (2009, p. 7) afirma que “marcar um lugar não ocupado organicamente como um possível não realizado é conceber que é a realização que significa, como preenchimento de uma falta.” Nesse sentido, o autor é contrário à apreensão das entidades no limite entre o possível e o real.

Vale, enfim, salientarmos o destaque dado pelo autor ao verbo como participante privilegiado da relação entre o virtual e o atual. Já a sentença é concebida pelo autor, tendo em vista a esteira da concepção do acontecimento que se extrai da relação entre o virtual e o real, a partir de uma unidade apreendida também como enunciado.

4. A constituição, a atribuição e a ocupação dos lugares de sujeito e objeto

A abordagem do autor sobre a atribuição e a ocupação dos lugares de sujeito e objeto (DIAS, 2009) poderá ser interessante para a nossa pesquisa na medida em que pensamos a ocupação ou a não ocupação como índices linguístico-discursivos para uma análise dos percursos semânticos intradiscursivos (FARIA, 2005) e das oposições interdiscursivas (MAINGUENEAU, 1984) presentes nos textos de nosso *corpus*.

Dias (2009) busca dimensionar o alcance dos aspectos estruturais e enunciativos na constituição dos lugares de sujeito e objeto. O autor trabalha com a tese de que, tendo em vista a dupla instanciação do acon-

tecimento enunciativo, condições diversas em relação à constituição do GN-objeto⁷⁴ determinam a constituição do GN-sujeito.

O verbo é acionado pelo lugar GN-sujeito afetado pelo cruzamento entre o virtual e o atual. Ou seja, o GN-sujeito é o lugar que arrebatou o verbo da sua condição de infinitivo. Uma anterioridade de predicação determina a constituição do lugar GN-sujeito. Nesse sentido, o verbo sai do “estado de dicionário” e se constitui como base de uma predicação. É devido ao GN-sujeito que se instala o predicado e uma unidade mínima da sentença. Por isso, Dias (2009, p. 14) afirma que o lugar do GN-sujeito se constitui nessa “anterioridade de predicação”.

Outras três noções transversais no estudo do sujeito gramatical são citadas por Dias (2009, p. 14): a anterioridade de orientação, a anterioridade actorial e a anterioridade processual. A primeira está relacionada à organização da sentença; a segunda diz respeito à armação do evento que a sentença dá suporte; e, por fim, a terceira é relativa à instalação da perspectiva de enunciação apreendida pelo verbo. Na anterioridade de predicação é constituída com base num suposto de existência. Ela se sustenta, na perspectiva de Dias (2009), na passagem da instância do virtual para a instância do atual no acontecimento enunciativo.

O autor aborda a anterioridade de predicação como característica básica do GN-sujeito, apreendido pelas condições de atribuição do lugar sintático, uma vez que um verbo (no infinitivo, na virtualidade), sendo acionado, recebe as coordenadas de enunciação (a de pessoa, particularmente), passível de materialização na forma sufixal. Assim, a condição para que ele receba a coordenada proeminente na predicação – a pessoalidade – é a submissão ao lugar do sujeito.

A tese de Dias (2009, p. 16) é a de que há três modos de ocupação do GN-sujeito, cada um operando diferentemente na sustentação de uma anterioridade na instância da atualidade na enunciação. A ocupação do GN-sujeito pode se dar pela definitude, pela identificação e pela prospectiva. Por sua vez, três aspectos são apresentados pela definitude: em núcleo (ex. 1: Teddy saiu), em ancoragem (ex. 2: Entrei na sala) e em confluência (ex. 3: Choveu pouco pela manhã; ex. 4: Cansado de sofrer, Adriano desistiu de sua vida).

⁷⁴ Dias (2009, p. 13) toma a expressão grupo nominal (GN) como equivalente a sintagma nominal.

A tese do autor é muito mais complexa do que a apresentada no presente artigo, mas, resumindo, podemos perceber que, na definitude em núcleo, o GN representado por “Teddy” encontra no núcleo substantivo a base em função da qual as determinações se agregam, o que produz um efeito de unidade. Na definitude em ancoragem, é necessário um aporte de um GN que se encontra fora do lugar sujeito, como ocorre no ex. 2, no qual o sufixo verbal de 1ª pessoa projeta a indexação da nominalidade.

Já na definitude em confluência, há dois fenômenos diferentes: o da convergência sintática e o da pessoalidade dependente. O primeiro, que pode ser exemplificado por “Choveu pouco pela manhã”, apresenta um verbo que, de acordo com as gramáticas tradicionais, faria dessa ocorrência uma oração sem sujeito. Segundo Dias (2009, p. 17), trata-se de uma ocorrência na qual a nominalidade que sustenta o lugar do sujeito – o termo “chuva” – converge para a base lexical do verbo.

O segundo, a pessoalidade dependente, apresenta ocorrências com formas verbais no gerúndio ou no particípio, que é o caso do ex. 4. Nesse tipo de ocorrência, embora a forma verbal denuncie o acionamento do verbo, a informação relativa ao lugar do GN-sujeito se encontra na sentença principal: tem-se definitude em núcleo no ex. 4.

Sobre o segundo modo de ocupação do lugar do sujeito, o da identificação, Dias (2009, p. 18) ressalta que a projeção de identidade é a condição necessária para que o lugar GN-sujeito se estabeleça como acionador do verbo. Na ocorrência “Alguém comeu o pudim”, por exemplo, o pronome indefinido “alguém” (GN-sujeito) não recebe as condições de definitude, mas projeta uma identificação.

Por fim, o terceiro modo de ocupação do lugar do sujeito – a prospectiva –, bem como o segundo, não recebe, na relação entre as duas instâncias da enunciação, as condições para a constituição do campo de pertinência, nem em núcleo, nem em ancoragem, nem em confluência. É na configuração de um perfil em relação ao qual se possa reconhecer uma identidade para além do presente que está, nesse modo, a força de acionamento do verbo. Podemos exemplificar com a ocorrência “Quem fala o que quer ouve o que não quer”. Essa ocorrência apresenta uma forma pronominal representando um regime de nominalidade que opera com delineamento de um perfil identitário. Assim, poderia ser substituído por “Todo aquele que fala o que quer ouve o que não quer”.

Após explanar sobre a constituição do GN-sujeito, que é determinada, como vimos, por condições diferentes em relação à constituição do

GN-objeto, Dias (2009, p. 20) delinea uma diferença entre sujeito e objeto quanto a atribuição e ocupação de lugares sintáticos. O autor trabalha com a hipótese de que o lugar GN-objeto é uma projeção do verbo. Nas palavras de Dias (2009, p. 20): “ele [o lugar GN-objeto] é constituído na mesma instância em que o verbo circula na língua como virtualidade, como pertinência ao dizível em língua portuguesa”. Contudo, o autor afirma que ele não se constitui como integrante do sentido do verbo.

Como mencionamos acima, para Dias (2009), o lugar GN-sujeito se constitui na passagem do virtual para o atual, no ponto em que a sentença é determinada pela enunciação. Assim, quando o lugar GN-sujeito aciona o verbo, a sentença é constituída. O verbo, por sua vez, agrega-se à sintaxe com seus lugares de GN-objeto: condição fundamental da predicação. Ou seja, o lugar GN-objeto se relaciona ao ponto em que a predicação no âmbito da sentença é determinada pela enunciação.

Segundo o autor, há uma potencialidade da projeção do lugar GN-objeto nos verbos em português. Entretanto, dois tipos de predicação – predicação centrada e predicação dirigida – fazem com que a ocupação desse lugar sintático obedeça a suas especificações. Dias (2006) *apud* Dias (2009, p. 21) desenvolve os aspectos básicos dessa diferença, exemplificando com as seguintes ocorrências: “Paulo alugou o apartamento e deixou a cidade” e “Essa imobiliária aluga mais do que vende”.

A primeira ocorrência apresenta a predicação dirigida, pois nela há uma demanda de ocupação do lugar GN-objeto relacionada à própria cena constituída na enunciação. As condições para que se anuncie o que Paulo alugou são produzidas nessa cena. Já a segunda ocorrência apresenta a predicação centrada, na medida em que não há, nesse caso, uma demanda de ocupação do lugar GN-objeto na cena. Dias (2009, p. 21) explica que o “que torna a não ocupação determinante é um modo de enunciação de cena genérico, em que o domínio de referência do lugar GN-objeto se amplia, favorecendo a comparação entre as ações de alugar e comprar, independente da saturação do domínio de referência”.

Dias (2009, p. 21) exemplifica por meio da ocorrência “Pedro fez isso e aquilo e não foi punido”, que o GN-objeto apresenta características próximas do GN-sujeito. Nessa ocorrência, “isso e aquilo” – paralelo ao que o autor apresentou na discussão da “definitude em ancoragem” no estudo do lugar GN-sujeito – constituem-se em ancoragem em um domínio de referência. Contudo, podem-se perceber distinções entre os dois lugares sintáticos quando o autor faz uma leitura do fenômeno sintático

conhecido como causatividade. Em “Natália viajou o namorado pra Bahia e caiu no rock” e em “Romero já estudou os quatro filhos”, os verbos “viajar” e “estudar” projetam os lugares GN-objeto, que recebem grupos nominais que se situariam no lugar GN-sujeito. Para ocupação dos lugares GN-sujeito, configura-se um hiato na cena. Esse intervalo de cena não é apreendido na atualidade da estrutura. Cenas virtuais se interpõem nele, como a determinação do estudo por parte de Romero, no sentido de matricular os filhos na escola e incentivá-los e convencê-los a estudar, por exemplo. Desse modo, o verbo recebe a flexão devida ao GN-sujeito e se constitui unidade sintática sob um não dito constitutivo, embora haja esse hiato de cena.

Outro tipo de construção analisada por Dias (2009, p. 22) é similar à ocorrência “Iracema plantou roseiras. Estacou, plantou, irrigou, colheu, podou e vendeu”. Os lugares GN-sujeito e GN-objeto apresentam-se não ocupados nas sentenças “estacou”, “plantou”, “irrigou”, “colheu”, “podou” e “vendeu”, porém, tendo em vista o acontecimento enunciativo, o caráter “lacunar” desses lugares não é da mesma ordem. O autor ressalta o fato de o conceito de lacuna não estar relacionado a vazio, falta, ausência, mas a um regime do real do acontecimento que produz eficácia exatamente por meio do não dito.

Devido ao regime de virtualidade que sustenta significativamente essas lacunas, o autor concebe a não ocupação do lugar GN-sujeito como algo relativo à sustentação temática do texto. Sendo assim, atender ao que a virtualidade da lacuna invoca ocupando esses lugares, é incorrer na repetição: “ela estacou”, “ela plantou”, “ela irrigou”, “ela colheu”, “ela podou” e “ela vendeu”.

Por um lado, ocupar os lugares GN-sujeito com “Iracema plantou roseiras. *Janete* estacou, *Nataly* plantou, *Wilson* irrigou, *Max* colheu, *Lisa* podou e *Douglas* vendeu”, constrói-se outro texto. Por outro lado, ocupar os lugares GN-objeto, atendendo ao que a virtualidade da lacuna invoca, não é incorrer à repetição, e sim situar-se em um campo de construção, com vistas a um domínio de referência. Pode-se verificar isso em “Iracema plantou roseiras. Estacou o caule, plantou a muda, irrigou o solo, colheu as rosas, podou os galhos e vendeu as flores”. Em tal domínio, o vocábulo “espinhos” poderia estar no lugar GN-objeto ocupado por “galhos”, por exemplo. Mesmo assim, a sustentação temática do texto não seria corrompida. Dias (2009, p. 22) conclui que a projeção de lugares sintáticos que operam numa virtualidade controlada pela condição de

enunciado faz com que esses verbos entrem, portanto, no campo da sentença.

5. *Uma pequena análise*

Para exemplificar o modo pelo qual pensamos que a abordagem de Dias (2005; 2009) pode contribuir em nossa tese de doutorado, faremos uma pequena análise sobre um segmento, exposto a seguir, da obra “Parque Industrial” de Patrícia Galvão (1994, p. 88-89), no qual dois meninos contam que um bebê da cozinheira fora roubado: “– Uma burguesa bem vestida achou ele bonito no colo da irmã. Desceu do automóvel e levou ele... Ontem de tarde”.

Nesse segmento da novela, podemos observar que as sentenças “desceu” e “levou” se apresentam com GN-sujeito não ocupados. Por um lado, poderíamos pensar que ocupar esses lugares, atendendo ao que a virtualidade da lacuna invoca, seria incorrer na repetição: “*ela* desceu do automóvel e *ela* levou ele”. Embora, no caso desse segmento, o pronome “*ela*” possa fazer referência tanto ao termo “burguesa” quanto ao termo “irmã”, um leitor do romance raramente teria a dificuldade de reconhecer que quem desceu do automóvel foi a burguesa bem vestida.

Concebendo *discurso* com o conceitua Fiorin (1989, p. 32): “um conjunto de *temas* e *figuras* que materializa uma dada visão de mundo”. O segmento exposto aborda, intradiscursivamente⁷⁵, o tema de raptos de crianças pela classe burguesa, e no nível do interdiscurso, opõem-se os bens materiais burgueses (representados pela figura do automóvel) à pobreza do proletariado (representada pela sua prole que, mesmo sendo o único bem que possui, é roubada). Essa oposição interdiscursiva entre riqueza *versus* pobreza pode ser recuperada exatamente pela não necessidade de se explicitar, por meio da ocupação do GN-sujeito, quem estaria no automóvel. Nesse sentido, nota-se que há um caráter lacunar produtor de eficácia pelo não dito, na medida em que se recobra facilmente o sujeito dos verbos “descer” e “levar” como sendo a “burguesa”.

⁷⁵ O intradiscurso e o interdiscurso são duas dimensões diferentes, mas interdependentes, abrangidas pelo discurso, sendo que a primeira dimensão é organizada a partir de percursos semânticos e a segunda é constituída a partir de oposições estabelecidas com outros discursos. Para mais detalhes, ver Faria (1999).

6. Conclusões

No presente trabalho, centramo-nos especialmente nas investigações de Dias (2009) sobre a constituição, a atribuição e a ocupação dos lugares de sujeito e objeto.

Essas pesquisas do autor podem, como exemplificamos com uma pequena análise no item 5 deste artigo, subsidiar uma análise linguística-discursiva dos textos de nosso *corpus*. Por um lado, pensamos que a ocupação ou não ocupação desses lugares sintáticos poderá ser característica constitutiva de alguns gêneros e, por outro lado, pensamos que os efeitos causados por essa ocupação ou não ocupação são significativos nas análises dos percursos semânticos intradiscursivos (FARIA, 2005) e das oposições interdiscursivas (MAINGUENEAU, 1984) presentes nos textos de nosso *corpus*, como observamos no segmento do romance “Parque Industrial”.

Por fim, a nossa última motivação em buscar compreender melhor e aplicar a sintaxe de base enunciativa deve-se à necessidade que temos percebido de o analista do discurso não deixar de lado a materialidade linguística em suas análises. Assim, um modelo para análises sintáticas, que considere a enunciação, é mais adequado ao modelo interacionista utilizado por nós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRONCKART, Jean-Paul. Atividade de linguagem, textos e discursos. Por um interacionismo sociodiscursivo. São Paulo: EDUC, 1999.
- DIAS, L. F. Enunciação e regularidade sintática. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, n. 50, v. 2, 2009 (no prelo).
- _____. Textualidade e gramática: relações em construção. In: SCHONS, C. R.; RÖSING, T.M.K. (Orgs.). *Questões da escrita*. UPF, 2005, p. 31-41.
- FARIA, A. A. M. *Sobre Germinal: interdiscurso, intradiscorso e leitura*. São Paulo: USP (tese de doutorado em Linguística), 1999.
- FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Ática, 1989.
- GALVÃO, Patrícia. *Parque industrial*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto; São Carlos: EDUFSCAR, 1994.
- MAINGUENEAU, D. *Genèses du discours*. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1984.